

desejo da família da gestante e principalmente, do parceiro. O estudo demonstra maior diversidade entre as experiências sexuais de homens e mulheres em jovens entrevistados em Salvador. Da mesma forma, esses jovens iniciam a vida sexual mais tarde, porém engravidam mais precocemente em relação a jovens entrevistados nos outros centros urbanos. É importante ressaltar que os dados apesar de apontarem para uma “herança familiar” no que diz respeito à ocorrência de gestações na adolescência em diversas famílias, também demonstram o rompimento da reprodução deste ciclo de pobreza em virtude da ampliação dos projetos de vida dos jovens.

O penúltimo capítulo, *As Trajetórias Homo-Bisexuais* analisa a homossexualidade na trajetória sexual dos jovens entrevistados observando de maneira minuciosa os processos de intercâmbio entre sexualidade e gênero. A categoria contemplada se construiu através da ocorrência de ter tido experiências de natureza sexual com pessoas do mesmo sexo.

O último capítulo, *Sexualidade Juvenil: Aportes para as Políticas Públicas*, apresenta recomendações para a criação de políticas públicas relativas à sexualidade juvenil centradas em programas educacionais que ultrapassem a simples transferência de informações técnicas e contemplem os aspectos relacionais de gênero e a dimensão afetiva arraigadas na sexualidade. Discute-se a necessidade de políticas que invistam na preparação dos jovens para maior autonomização. Recomendam-se medidas focadas em grupos em situação de vulnerabilidade, como é o caso de jovens pobres, além da disseminação de alternativas de enfrentamento e administração de gestações não previstas, combatendo assim o custo social e possíveis complicações decorrentes de abortos realizados em condições de higiene e segurança precárias.

O livro estimula as discussões em torno da elaboração de novos conceitos no campo da juventude que ultrapassem aqueles tradicionais, certamente podendo contribuir para a criação de políticas de saúde que entendam a sexualidade juvenil por meio de uma perspectiva englobante. Esta abordagem pluralista e multidisciplinar dos conceitos sexualidade, juventude e reprodução colabora com a maior compreensão dos processos referentes ao aprendizado da sexualidade e das trajetórias afetivo-sexuais da juventude relativas à saúde reprodutiva, sexualidade e papéis de gênero. Como importante contribuição o livro propõe uma perspectiva da juventude brasileira mais leal aos seus dilemas, experiências, valores, expectativas e transformações. O livro constrói através de seus resultados uma visão da juventude livre dos estigmas e pré-conceitos difundidos pelo senso comum e pela mídia, que ligam a adolescência a práticas de risco, relacionamentos transitórios, imaturidade, irresponsabilidade e vitimização.

A obra busca sugerir o desenvolvimento de pesquisas que venham preencher lacunas sugerindo novos inquéritos sobre as relações entre jovens e suas famílias, círculos de sociabilidade, serviços de saúde, rede sociais de apoio e experiências de discriminação e violência.

Finalmente, a reconstrução conceitual e metodológica apresentada na pesquisa proporciona à literatura científica em saúde as diretrizes necessárias para a formulação de políticas públicas que observem a juventude através de suas especificidades sociais, culturais e subjetivas, podendo ser mais eficazes na produção e transformação das atitudes, representações sociais,

valores e expectativas relacionados à população em referência.

Ana Helena Rotta Soares
Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.
ahrsoares@iff.fiocruz.br

A SAÚDE EM DEBATE NA EDUCAÇÃO FÍSICA – VOLUME 2. Bagrichevsky M, Palma A, Estevão A, Da Ros M, organizadores. Blumenau: Nova Letra; 2006. 240 pp.

ISBN: 85-7682-097-8

O título apresentado se nos revela extremamente simpático, dado que se apropria do componente “A Saúde em Debate”, núcleo expressivo muito caro a todos nós sanitaristas que o cunhamos para nominar a revista do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES), órgão de resistência e propositura do Estado Democrático pela via da Saúde, nos duros anos da ditadura militar brasileira: sente-se, assim, a sugestão de que o texto contribua para a Educação Física assemelhadamente como o referido periódico alavancou, para a sociedade brasileira, a mudança setorial que veio a ser consagrada para a Saúde na Constituição Cidadã.

Trata-se de coletânea de pequenos textos que opera mediante diferenças de estilos e níveis de aprofundamento, focalizando distintos aspectos da Saúde, da Educação e da Educação Física, no contexto de que, com os elementos aí apresentados, possam-se construir as bases do corpo conceitual de *A Saúde em Debate na Educação Física*, algo, realmente, considerado com pouca frequência no interior da Educação Física, tendo-se em conta a enorme abrangência que esta área vem assumindo nos últimos anos no país. Ora, eis tarefa grande demais para que o leitor o faça em seu ato solitário de apreensão: o sentido maior do livro, portanto, de que os organizadores procedessem a esta tarefa através de “costura” que permitisse a emergência de tal síntese, resultou aparentemente frustrado. É bem verdade que isso foi tentado isoladamente no Capítulo 1, mas aí ocorreram problemas específicos adiante destacados. Faltou, assim, o cumprimento do compromisso real dos editores de geralmente não apenas obter e ordenar a produção de bons colaboradores, mas de explicitar, com inteireza ubíqua e sempre presente, a identidade intrínseca da obra; contrariamente, resulta, como posto, numa coletânea de pequenos textos que opera mediante diferenças.

A análise do material em questão, portanto, se dá em dois planos indissociáveis: à medida em que cada ensaio é aprofundado individualmente, vai se construindo a percepção da carência de articulação interna que possa assegurar integralidade.

A maioria dos sucessivos segmentos vem assinada por autoridades com respeito nacional e repercussão internacional e cujos conteúdos confirmam e legitimam tais dimensões, tais como David Castiel, Hugo Lovisoló e o casal Lefèvre. Alguns destes, à guisa dos de Souza Minayo e Aurélio Da Ros, claramente sinóticos dada sua proposta natureza propedêutica, constituem-se básicos em Saúde Coletiva, transcendendo, deste modo, o interesse específico da Educação Física. Outros, pelo contrário, pertencem a jovens que iniciam suas excursões exploratórias, como o próprio primeiro autor. De sua parte, excertos como o de Marina Guzzo

sobre acrobacia e circo nada têm a ver diretamente o objeto de estudo do livro, bem como o de Ferreira Cooper e Dutra Sayd refere-se precipuamente ao âmbito educacional. Apesar dessa heterogeneidade de produções, são textos originais completos, claros e explicativos de relevantes recortes temáticos que apropriam, como estilo de vida, promoção à saúde, evolução das políticas públicas setoriais brasileiras.

Paradoxalmente, como referido, é o Capítulo 1 que encerra armadilhas importantes, não só do ponto de vista estritamente formal. Ainda que constituído de visão focal bem articulada da relação Educação Física e Saúde em nossos dias, realmente apresenta problemas de redação arriscados, sobre diversos aspectos básicos, como, pontuação (p. 30) "...o autor relata que, as..." e acentuação (p. 37) "à priori". O principal equívoco, inobstante, talvez seja considerar a área como refém de um antagonismo entre a corrente biológica, tradicional, e a progressista, contemporânea. De fato, intelectuais como Virchow ou Chadwick, absolutamente doutrinários do que se pode chamar de primórdios da Medicina Social ou da Saúde Coletiva, viveram no século XIX; também em nosso meio, nas últimas décadas, têm se desenvolvido e transitado sobejamente análises críticas rigorosas à perspectiva hegemônica da referida relação, sintetizadas na expressão que criamos "é ativo quem pode, não quem quer" como recurso para defrontar e superar a tão freqüentemente cometida "culpabilização da vítima".

Confirmativamente, embora com finalidade tão somente ilustrativa, cabe citar recente pesquisa de forte repercussão setorial a apontar que os níveis de colesterol de negros e hispânicos são 15 e 20% respectivamente menos controlados seus que os brancos da população americana, dada sua reconhecida condição social inferior, reduzindo o acesso dos mesmos aos serviços de saúde¹.

Aguinaldo Gonçalves
Faculdade de Educação Física,
Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.
aguinaldo@fef.unicamp.br

1. Thom T, Haase N, Rosamond W, Howard VJ, Rumsfeld J, Manolio T, et al. Heart disease and stroke statistics – 2006 update: a report from the American Heart Association Statistics Committee and Stroke Statistics Subcommittee. *Circulation* 2006; 113:e85-151.

OBESIDADE E SAÚDE PÚBLICA. Anjos LA. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 100 pp.

ISBN: 85-7541-082-2

Obesidade e Saúde Pública, do médico e doutor em Fisiologia do Exercício Dr. Luiz Antônio dos Anjos, traz grande contribuição para profissionais de saúde de diferentes especialidades – epidemiologia, nutrição, pediatria, clínica médica, endocrinologia, fisioterapia, educação física e outras – que se dedicam ao estudo, à prevenção e ao tratamento da obesidade em todas as faixas etárias. Em linguagem simples e objetiva, é um livro que esclarece dúvidas freqüentes dos especialistas. Mantendo o foco na saúde pública, apresenta um conteúdo distribuído em quatro capítulos: *Avaliação Antropométrica e da Composição Corporal*; *Agravos à Saúde e Epidemiologia da Obesidade*; *Etiologia*; *Prevenção e Controle*. Além das referências bibliográficas,

inclui, também, uma parte final com sugestões de leituras, das quais, muitas acessíveis pela Internet.

O formato pequeno, de bolso, facilita a consulta rápida pelo profissional no trabalho do dia-a-dia, tanto na clínica quanto na saúde pública. O leitor encontrará informações, descritas com muita propriedade pelo autor, sobre avaliação nutricional, composição corporal, requerimento energético e manuseio de dados de inquéritos nutricionais e epidemiológicos sobre o estado nutricional da população brasileira. Em artigos publicados e nos dados ilustrados no livro, amplia-se, também, o conhecimento sobre a chamada "transição nutricional" em nosso país. Fica evidente a dimensão e a importância clínica-epidemiológica da obesidade para saúde pública, epidemia global que já atinge também o Brasil. Ao longo do texto, o autor procura mostrar os fatos, sob a luz do conhecimento científico, complementados com opiniões e experiências pessoais.

O capítulo de avaliação antropométrica e da composição corporal inclui os aspectos ligados à definição de obesidade, critérios para classificação nutricional e avaliação de gordura corporal. O autor explora bem as definições da obesidade e os índices antropométricos, em especial, o índice de massa corporal (IMC), com uso amplamente disseminado na população. É preciso salientar, no entanto, que o diagnóstico de uma pessoa obesa é clínico e baseia-se no aspecto geral com evidente excesso de tecido subcutâneo. Às vezes chega-se a um tipo disforme, com dobras cutâneas, estrias, abdome pendular, gibosidade dorsal.

O IMC ou índice de Quetelet, cujo valor normal varia com idade e sexo, é considerado atualmente a melhor alternativa clínica para mensurar a adiposidade. O autor define bem as vantagens do uso do IMC, principalmente em estudos populacionais. Todavia, esclarece as limitações, considerando as diferenças de interpretação de acordo com a etnia, idade, sexo, indicando a validação dos pontos de corte de IMC em função de outras medidas de composição corporal. A principal limitação é não ser possível diferenciar o excesso de peso por obesidade daquele decorrente do aumento por hipertrofia muscular, edema e ossos. Assim, os valores de IMC não são absolutos, pois um desportista pode ter o corpo musculoso e pelo valor de IMC ser considerado obeso. São apresentados os valores sugeridos para classificação do estado nutricional para as diversas faixas etárias e particularidades para diferentes populações. O IMC correlaciona-se muito bem com a gordura subcutânea e a gordura total, com o aumento da pressão arterial e com os lípidos e lipoproteínas do plasma.

As medidas das pregas cutâneas com paquímetro (pregas na região subescapular, na parede abdominal e no tríceps) ou a medida dos perímetros da raiz dos membros, do tórax e do abdome, bem como o controle de peso (curva ponderal), são, também, importantes no diagnóstico e seguimento dos casos. A medida da circunferência abdominal é outra maneira eficaz e simples de avaliar obesidade e os riscos aumentados para desenvolvimento de complicações, sobretudo, as doenças cardiovasculares e as metabólicas, como diabetes tipo II. Em adultos, consideram-se aumentados os valores ≥ 94 cm para sexo masculino e ≥ 80 cm para o feminino; muito aumentados ≥ 102 cm para homens e ≥ 88 cm para mulheres. Para crianças e adolescentes são recomendadas curvas de IMC obtidas com dados do National Center for Health Statistics^{1,2}. Também,